

XXV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - XXV ENANCIB

GT 12 – Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades

“SILÊNCIOS QUE FALAM”: REFLEXÕES SOBRE DESINFORMAÇÃO E AUSÊNCIA E SEUS IMPACTOS NA LUTA CONTRA O RACISMO

“SILENCES THAT SPEAK”: REFLECTIONS ON DISINFORMATION AND ABSENCE AND THEIR IMPACTS ON THE FIGHT AGAINST RACISM

Andresa Paula Leal Antonio – Universidade Federal Fluminense (UFF)

José Antonio da Silva – Universidade Federal Fluminense; Casa de Rui Barbosa (UFF; FCRB)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: O trabalho discute a relação entre a desinformação, o princípio da ausência e o racismo. O estudo propõe que, enquanto o racismo é um fenômeno enraizado em históricos sociais e culturais de discriminação e exclusão, a desinformação atua como um amplificador dessas dinâmicas, propagando e reforçando preconceitos raciais existentes. Para isso, analisa-se a relação entre os conceitos de informação e desinformação à luz do princípio da ausência como aportes teóricos no enfrentamento ao racismo. As considerações da pesquisa são realizadas sob uma revisão bibliográfica, de cunho descritivo, sobre os temas apresentados, considerando a análise de artigos, livros e relatórios. O estudo conclui que a luta contra o racismo na era da (des)informação exige uma abordagem holística que integre teoria, prática e política, orientadas para a garantia de uma sociedade mais justa.

Palavras-chave: informação; desinformação; racismo; princípio da ausência.

Abstract: This paper discusses the relationship between misinformation, the principle of absence, and racism. The study proposes that, while racism is a phenomenon rooted in social and cultural histories of discrimination and exclusion, misinformation acts as an amplifier of these dynamics, propagating and reinforcing existing racial prejudices. To this end, the study analyzes the relationship between the concepts of information and misinformation in light of the principle of absence as a theoretical framework for combating racism. The research is based on a descriptive literature review of the topics presented, considering the analysis of articles, books, and reports. The study concludes that combating racism in the age of (mis)information requires a holistic approach that integrates theory, practice, and policy, aimed at ensuring a more just society.

Keywords: information; disinformation; racism; principle of absence.

1 INTRODUÇÃO

A análise crítica sobre o motivo pelo qual algo não é dito, ensinado, refletido ou reconhecido pode ser tão potente quanto às informações que são ativamente promovidas. No contexto contemporâneo, no qual o racismo ainda persiste, e considerando uma “boa pitada” de desinformação, o que é omitido ou silenciado molda percepções e perpetua

desigualdades estruturais. Por conseguinte, a ausência de narrativas sobre certas populações e eventos históricos não apenas marginaliza essas experiências, mas também cria um vácuo onde a desinformação pode proliferar, reforçando preconceitos e inverdades.

Vivemos em uma era onde a informação desempenha um papel importante na formação de percepções e na construção de realidades sociais. Entretanto, a desinformação – reconhecendo esta como parte da própria informação – muitas vezes atua como um amplificador das dinâmicas de discriminação e exclusão.

Entre a informação qualificada e a desinformação há um elemento de interseção que, dado esse contexto, merece a atenção da Ciência da Informação (CI): o princípio da ausência. Sobre este conceito, Garcês-da-Silva aponta que:

Como o próprio nome sugere, o princípio da ausência serve de suporte à propagação da supremacia racial branca na dominância do seu pensamento como universal nas literaturas e nas produções científicas, tornando, assim, ausentes outras lentes teóricas dos sujeitos colocados às margens, como é o caso da população de origem africana (Garcês-da-Silva, 2023, p. 85).

Neste contexto, o princípio da ausência – entendido para o presente estudo como a omissão de informações, vozes ou narrativas específicas em discussões públicas e educacionais – emerge como um elemento para compreender como a história sobre grupos étnico-raciais e sobre o Brasil é omitida ou distorcida nos registros informacionais.

A partir deste enfoque, questionamos: em que medida a desinformação reforça o princípio da ausência e omissões informacionais marginalizando a história dos povos africanos? Pressupomos que a desinformação é um agente perigoso, capaz de obstaculizar ações políticas em direção ao respeito à pluralidade e diversidade, notadamente do povo afro e sua cultura. Tem-se, por conseguinte, o seguinte objetivo geral: discutir a desinformação como agente promotor da ausência que colabora para o racismo estrutural. Desdobram-se, como objetivos específicos, os seguintes: a) analisar a relação antagônica entre os conceitos de informação e desinformação; b) discutir a desinformação como balizadora de uma sociedade racista; c) cotejar o princípio da ausência como vetor adicional à propagação do racismo; e d) refletir sobre quais medidas a Ciência da Informação pode adotar para enfrentar o trinômio desinformação-ausência-racismo no contexto contemporâneo.

A proposta metodológica tem a seguinte característica: é uma pesquisa básica, já que não há aplicabilidade imediata, mas reflexões que podem colaborar para fazê-la. Quanto à sua abordagem, trata-se de uma pesquisa predominantemente qualitativa. Quanto aos seus objetivos, entende-se como um trabalho descritivo. No que diz respeito aos procedimentos, a

pesquisa é de cunho bibliográfico¹. À luz disto, adota-se um corpus teórico-metodológico com o uso de referências da Ciência da Informação oportunizando discussões e algumas respostas quanto aos impactos da desinformação e do princípio da ausência na luta do racismo estrutural que também colabora para a marginalização da cultura negra.

2 INFORMAÇÃO E DESINFORMAÇÃO: PERSPECTIVAS CONTRÁRIAS?

No âmbito da Ciência da Informação, a informação pode ser interpretada sob várias perspectivas, dependendo da maneira como é observada e relacionada aos demais elementos com os quais interage. Sob uma perspectiva social, constata-se que a informação é construída e modelada com base no contexto em que está inserida.

Nesse sentido, compreende-se que a informação não é neutra ou imparcial; ela é determinada por seu contexto e tem uma intenção no momento que é construída. A sua influência se dará tanto por quem a transmite quanto para o seu receptor, de modo que a subjetividade faz parte do processo de informar, assim como do processo de desinformar.

O sociólogo Pedro Demo destaca que “desinformar faz parte da informação, assim como a sombra faz parte da luz. Trata-se do mesmo fenômeno, apenas com sinais inversos” (Demo, 2000, p. 39) e interpretar os sinais é papel dos sujeitos envolvidos na relação informacional.

Em resumo, ao enxergar a desinformação como um aspecto da informação, sua principal preocupação reside nas repercussões que ela pode causar. A desinformação usa a informação de forma contrária ao seu objetivo, alterando fatos e manipulando percepções, o que gera impactos negativos consideráveis na sociedade e agrava questões já enfrentadas pela população.

Bezerra utiliza os termos em inglês *misinformation*, *malinformation* e *disinformation* para esclarecer e diferenciar o que normalmente a sociedade denomina genericamente desinformação:

O prefixo mis indica ausência de algo ou alguém (como na palavra *misunderstanding*, que denota falta de entendimento), daí o termo ser também compreendido como ‘informação incorreta’, algo falso que alguém compartilha acreditando ser verdadeiro. Já a ‘má informação’ se refere a conteúdo verdadeiro (ao menos parcialmente) distribuído sem autorização, a fim de causar prejuízo a indivíduos ou instituições. Finalmente, *disinformation* seria o conteúdo falso que é produzido e

¹ A pesquisa foi formulada de modo ativo na Scientific Electronic Library Online (SciELO), repositórios acadêmicos e bases correlatas. A seleção privilegiou textos que refletissem as palavras-chave da presente pesquisa.

**XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025**

distribuído com a intenção de enganar: é a ‘mentira deliberada’, geralmente utilizada para benefícios políticos e financeiros (Bezerra, 2024, p. 75).

Enfatiza-se que *disinformation* é a categoria de maior relevância para o presente estudo, uma vez que desempenha papel central no fortalecimento e disseminação de preconceitos, dada sua capacidade de influenciar as percepções sociais e perpetuar estereótipos nocivos.

As características evidenciadas por Fallis (2015) caminham ao encontro da definição de *disinformation*, ao destacar que a desinformação é uma informação, é enganosa e não é acidental. Além delas, a intencionalidade também é núcleo da definição trabalhada por Machado e Gitahy, pois consideram que “a desinformação é a mentira deliberada, estrategicamente utilizada para obter vantagens” (Machado; Gitahy, 2022, p. 107).

Além da intencionalidade, o ódio é um elemento que fortalece a desinformação, principalmente no ambiente virtual. Esse espaço tornou-se favorável para que grupos que visam atacar aqueles que são “minorizados” em nossa sociedade engajem e ganhem voz. Se, de um lado, esses discursos de ódio encontram seus apoiadores, de outro, aqueles que os repudiam também interagem ao discurso e, na internet, o “engajamento” está muito mais atrelado a essas interações do que a mudanças positivas (Bezerra, 2024, p. 73-74).

Por essa lógica afetiva de enxergar as coisas – evidenciando sentimentos acima da razão como ocorre com o ódio presentes nos discursos – acolhe-se como verdadeiro o que garantir maior conforto e reafirma aquilo que o indivíduo já acredita ou tem maior afeição em acreditar. Por conseguinte, a emoção afeta a recepção da desinformação, evidenciando que “os afetos possuem um peso maior na recepção das narrativas com desinformação que possuem potência para construção ou manutenção de uma ignorância coletiva” (Rêgo; Leal, 2023, p. 7).

Aqueles que possuem maior credibilidade em seu meio – e aqui tal termo se relaciona com confiança emocional, que são familiares, amigos e outros pares – garantirão maior alcance das suas informações ou desinformações. Se, de um lado, há uma confiança desequilibrada guiada pela emoção por aqueles que são próximos e ligados pelo afeto, de outro, a população perdeu a confiança nas autoridades governamentais, bem como nos profissionais que são qualificados para garantir a informação correta. Não confiam nos médicos para falar sobre saúde, assim como não se acredita no jornalista quando fornece a notícia.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

Esse cenário tornou-se propício para que sujeitos caricatos ganhassem visibilidade e aproveitassem dessa mudança no comportamento social e na percepção dos fatos para apresentar “soluções fáceis para problemas complexos, recorrendo ao medo, ao desespero, ao preconceito e à ignorância, avessas a um compromisso intelectual sério com o debate racional” (Schneider, 2022, p. 79).

Essa postura dotada de sentimentos e crenças pessoais reforça diversos problemas sociais que já enfrentamos em nosso país. “E, se sempre foi difícil definir o que é a verdade, ainda mais difícil é convencer uma pessoa iludida do seu engano” (Schneider, 2022, p. 84). Aquele que acredita e propaga a desinformação provavelmente tenderá a permanecer praticando a mesma conduta desinformativa.

A realidade será interpretada e apresentada de acordo com a forma de quem a vê, conforme aquilo que quer acreditar. Em diversos momentos, a atuação por meio da emoção se torna tão intensa que não se analisa se a propagação daquela desinformação afetará alguém. O que se busca é propagar o que se pensa e que se considera como certo.

Schneider destaca ainda que “pessoas ignorantes ou incompetentes em um determinado domínio tendem a acreditar que são muito mais competentes do que são” (Schneider, 2022, p. 86). Nesse ínterim, quando alguém não tem conhecimento ou habilidades suficientes em uma área específica, o sujeito pode acreditar que tem muito mais capacidade do que realmente possui. Essa tendência é uma forma de ilusão de competência, onde a falta de conhecimento leva a uma superestimação das próprias habilidades.

Percebe-se que a junção de todas essas crenças e emoções sedimenta a propagação da desinformação, que caminha de mãos dadas com o negacionismo e se traduz através do fenômeno denominado de *pós-verdade* (descrédito da verdade com base na crença).

De todo modo, é importante que se adote a lógica do que Bauman e May denominam “pensar sociologicamente” (Bauman; May, 2010, p. 13), buscando sair do que a maioria vai entender como a via correta e ser capaz de analisar a informação e a sociedade considerando todos os aspectos que nela estão inseridos.

Pensar sociologicamente pode nos tornar mais sensíveis e tolerantes em relação à diversidade, daí decorrendo sentidos afiados e olhos abertos para novos horizontes além das experiências imediatas, a fim de que possamos explorar condições humanas até então relativamente invisíveis. Tendo compreendido melhor o modo como surgiram os aspectos aparentemente naturais, inevitáveis, imutáveis e permanentes de nossas vidas – mediante exercício de poder e meios humanos –, nos parecerá muito mais difícil aceitar que eles sejam imunes e impenetráveis a ações subsequentes – incluindo aí as nossas próprias ações (Bauman; May, 2010, p. 19).

Por essa ótica, mesmo considerando a desinformação como um aspecto da informação, é essencial examinar os danos que esse fenômeno pode provocar em certos grupos. Nesta análise, é essencial não só enfatizar seu papel em perpetuar o racismo, mas também reconhecer a responsabilidade de cada indivíduo na criação e disseminação de informações, seu papel no combate ao preconceito e a necessidade de que, enquanto sociedade, enfrentemos com seriedade as ações realizadas e adotemos uma postura diversa em relação a essa lógica predominante, opressora e preconceituosa.

3 O PODER DA DESINFORMAÇÃO EM UMA SOCIEDADE JÁ RACISTA

O processo de colonização do Brasil e a história do Ocidente tiveram o racismo como elemento basilar. Visando a garantia de domínio e poder, os povos dominantes buscaram a construção de um conceito de raça que fosse capaz de classificar e hierarquizar um povo sobre outro, tentando considerar esse conceito como biológico para, assim, naturalizar as ações que visam a garantia da inferioridade social de determinada população. Essa garantia de inferioridade precisou – para sua efetividade – ser naturalizada inclusive pelos povos dominados. Sueli Carneiro (2023) evidencia que “é imprescindível que esse Outro dominado, vencido, expresse em sua condição concreta aquilo que o ideário racista lhe atribuiu” (Carneiro, 2023, p. 21).

Nessa construção da sociedade, criou-se uma relação direta das características físicas de determinados povos – cor da pele, dos olhos, formato do nariz, da cabeça com outras características sociais de modo que tudo que viessem deles deveria ser inferiorizado. Em convergência a esse posicionamento, Munanga (2004) evidencia que:

[...] o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos. A raça na cabeça dele é um grupo social com traços culturais, linguísticos, religiosos etc. que ele considera naturalmente inferiores ao grupo a qual ele pertence. De outro modo, o racismo é essa tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo, são consequências diretas de suas características físicas ou biológicas (Munanga, 2004, p. 24).

Nesse cenário, os europeus criaram elementos comuns – características físicas, religião, moral, cultura – para determinar distinções entre brancos e negros e poder alimentar seu discurso que “sempre destacou o tom de pele como base principal para distinguir status e valor” (Bento, 2022, p. 28).

**XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025**

Nessa construção, a desinformação atua como uma ferramenta de controle social ao moldar percepções públicas e influenciar políticas que afetam diretamente as vidas dos grupos étnico-raciais minorizados. Por meio da manipulação da informação, grupos dominantes podem criar e manter um ambiente de desconfiança e medo em relação a determinadas populações.

Isso é alcançado por meio da disseminação de estereótipos negativos e da deslegitimação de movimentos sociais que buscam justiça e igualdade racial. Por exemplo, a perpetuação de mitos sobre a criminalidade entre certos grupos étnico-raciais que serve para justificar políticas de segurança pública discriminatórias e desigualdade de tratamento por parte do sistema de justiça.

Sem necessariamente retornar aos tempos primórdios e trazer à baila todo o processo histórico, mas destacando a formação do nosso país, salienta-se que não vêm de hoje os desafios do povo negro em contar por si mesmo as verdades da sua própria história e combater todo o preconceito estruturado. Desde os livros da educação básica, são trazidas a nós as histórias da cultura afro-indígena ou afro-brasileira contadas e reforçadas por brancos. Não é de surpreender essa narrativa, já que, ao observar o Brasil, a própria legislação, em determinados momentos, buscou meios de criminalizar práticas da cultura africana, como se pode observar no art. 402 do Código Penal de 1890 (Brasil, 1890), que tipificava a capoeira – que hoje é patrimônio cultural imaterial – como crime.

Certo é que a ideia que foi criada quanto à raça estrutura a sociedade. O eurocentrismo garante aos brancos o seu lugar de poder, reforçando a estrutura racista já iniciada no período colonial. Essa formação social, que pode facilmente ser chamada de racial, está refletida em todas as áreas da sociedade. Dado esse contexto, destacamos o disposto por Cantuária:

A mentalidade constituída pelo eurocentrismo traz em si todo o processo histórico de dominação e subjugação que hierarquiza as raças, inicialmente pela dominação política e física da colonização, e hoje, para além da dominação econômica através dos modelos de beleza, arte, relações sociais e religiosidade imposta pelo pensamento eurocêntrico, o qual sobreviveu às lutas coloniais pela independência (Cantuária, 2020, p. 35).

Essa construção se percebe e se faz perceber atualmente: geralmente, ao adentrar em repartições públicas, encontra-se em uma parede superior a presença de uma cruz, simbolizando o cristianismo, mesmo o Brasil sendo um país laico conforme previsão na Constituição da República Federativa do Brasil. Da mesma forma, o calendário, os dias da semana e as festividades que foram apresentados pelo cristianismo, mais precisamente pela

Igreja Católica, são seguidos por toda sociedade até os dias atuais. Nessa linha religiosa, pode-se dizer que a Igreja Católica, por um considerável período, relacionou-se diretamente com a posição de poder e exercia a função de garantia da ordem e domínio.

Os povos dominantes reprimiram as crenças, os símbolos, os costumes, a maneira de produzir conhecimento e de produzir perspectivas dos povos dominados e, instrumento útil ao controle da produção cultural e das relações sociais, reprimiram sua relação com o sobrenatural e impuseram um modelo de fé. A religião imposta foi um importante instrumento de manutenção do domínio, quando a repressão deixou de ser constante e sistemática. Ainda, a cultura do colonizador, significando a cultura do poder e na medida em que dava acesso ao poder, tornou-se sedutora, e o *modus vivendi* europeu, o que inclui a experiência religiosa, transformou-se em fonte de reconhecimento social, o que explica o fato da própria nacionalidade brasileira, até meados do século XX, se confundir com assumir a religiosidade católica (Cantuária, 2020, p. 37).

Essa visão unilateral do mundo ganhou força e apoio da desinformação que reforça e amplia a propagação desenfreada do racismo, por diversas vezes mascarada de “liberdade de expressão”. A problemática se amplia ao observar que grande parte da história é contada por brancos, retirando-se o protagonismo daqueles que de fato têm lugar para apresentar a construção da sua história, reforçando diversas desinformações sobre o povo não branco. Da mesma forma, reafirma o racismo estruturado na sociedade e perpetua como ideal a visão de mundo ocidental, branca e europeia.

Na luta contra o racismo, ativistas buscam pela expansão do conhecimento verídico e contado por outro ponto de vista, bem como por garantia de políticas públicas voltadas para a igualdade racial. Em 2010 – o que evidencia como é atual e necessário permanecer discutindo sobre a presente temática –, foi instituído o estatuto da igualdade racial, trazendo direitos e deveres para o combate ao preconceito e à intolerância. Em seu artigo 1º, evidencia-se para quê o estatuto foi criado, o que demonstra o reconhecimento do racismo como um problema em nossa sociedade (Brasil, 2010).

De toda sorte, em 2003, o Brasil também já havia estabelecido diretrizes básicas da educação nacional incluindo a obrigatoriedade de trabalhar nas escolas a temática da história e da cultura afro-brasileira (Brasil, 2003). Ocorre que, introduzir normativas e dispositivos legais no ordenamento, por si só, não resolve a questão. As práticas da sociedade precisam ser readequadas para inclusive efetivar o que está previsto em lei. Democratizar a informação

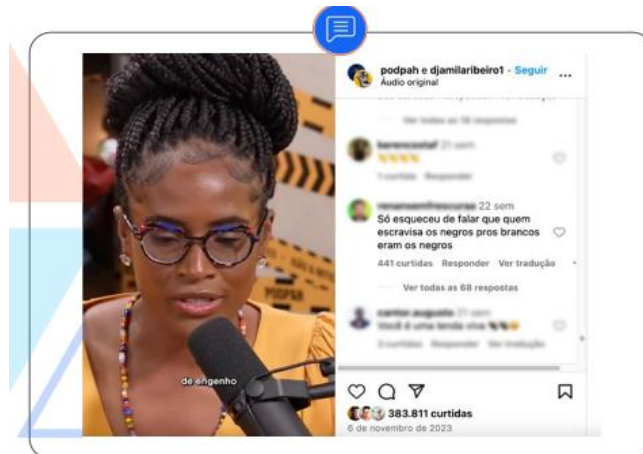
XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

correta é de responsabilidade de todos e um caminho ao combate contra a desinformação sobre questões étnico-raciais. Cabe destacar, por último, que o tempo que se levou para o reconhecimento por “igualdade racial” e por “historicizar a cultura negra” é um indicativo do lugar ocupado por esta cultura que, em tese, foi libertada do processo escravagista em 1888.

Com o advento da internet, também avançada a partir dos anos 2000, a desinformação ganhou novo lugar de propagação, assim como o próprio racismo. Comprovando esse fato, o Observatório do Racismo nas Redes, um projeto criado pela Aláfia Lab, apresentou um relatório identificando quatro estratégias dos discursos racistas nas redes sociais que buscam “desumanizar, desqualificar, invisibilizar e desinformar”. Há dois anos, o observatório vem analisando perfis de 26 personalidades negras e suas mídias sociais, a fim de identificar como o racismo se apresenta nesse ambiente (Carreira *et al.*, 2024).

Considerando a última estratégia – desinformar –, os pesquisadores que realizaram o relatório destacaram que a desinformação nos conteúdos identificados se apresentava para invalidar grupos que lutam contra o racismo – inclusive alegando que fatos históricos racistas não existiram –, bem como buscavam o engajamento para aumentar o alcance desses comentários inverídicos. “O ciclo de desinformação atua nas questões raciais no sentido de deslegitimar os movimentos antirracistas e se apoia em estratégias de engajamento para se amplificar”, afirmam Carreira *et al.* (2024, p. 7). Em relação ao engajamento aqui apresentado, é importante destacar que sua atuação no ambiente virtual em nada tem a ver com seus efeitos positivos e negativos. Nesse contexto, Bezerra é enfático ao afirmar que “assim como o ódio, mentiras também geram engajamento nas redes” (Bezerra, 2024, p. 75). Isso garante maior visibilidade sobre o assunto, o que é vantajoso para as mídias sociais, pois resultam em um aumento de participações em certas publicações. Ainda, quanto à pesquisa realizada pelo Observatório, salienta-se que este é o quarto relatório realizado sobre a temática e, entre os perfis observados, destaca-se uma postagem da professora Djamila Ribeiro. Nela, alguns comentários apresentavam a desinformação de que os negros foram escravizados por outros negros.

Figura 1 – Postagem da Prof^a. Djamila Ribeiro com comentários contendo desinformação



Fonte: Carreira et al. (2024, p. 22).

A postagem supra possuía ainda relatos como “começar cobrando os africanos que vendiam seus iguais, acho justo”; “Os próprios N3gr0s vendiam os mesmos”; e trechos como:

[Eu] nasci em 1988, não tenho nada a ver com isto. Vim de família pobre, estudei em escola pública, passei por muitas dificuldades; vejo a pessoa negra como me vejo no espelho, a única diferença é a quantidade de melanina. Portanto, sinto-me prejudicado quando vou enfrentar um concurso ou uma faculdade e tenho menos vaga por conta de cor. Acredito também que quanto mais se cria ‘reparações’ mais aumenta a segregação racial aliado ao racismo. Outro detalhe que vale lembrar, quem escravizou o negro foi o próprio negro. O nome disso é MiMiMi (Carreira et al., 2024, p. 24).

Torna-se, assim, evidente que toda a complexidade histórica que fundamenta a desigualdade racial é desconsiderada, havendo uma busca em apresentar negros contra negros, não observando qualquer estrutura de domínio e opressão presente quando povos foram escravizados e com as consequências que se observa até os dias atuais. Logo, é indiscutível que o racismo é reforçado pela desinformação, observando que a disseminação de informações incorretas ou distorcidas perpetua estereótipos negativos e preconceitos sobre determinados grupos étnico-raciais. Torna-se fundamental que aqueles que possuem lugar de fala – e aqui entende-se, assim como Djamila Ribeiro preceitua, “lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social” (Ribeiro, 2017, p. 37) – tenham espaços não para exclusivamente falar sobre o tema, mas que sejam vistos, respeitados e considerados para contar a sua história e a do país.

4 LEMBRAR É RESISTIR: O DESAFIO DO TRINÔMIO DESINFORMAÇÃO-AUSÊNCIA-RACISMO

A construção do racismo é estrutural, originando-se da dominação branca e ocidental, cuja atitude se perpetrar em todas as esferas da sociedade. O racismo estrutural se faz

presente em todos os níveis, desde os mais íntimos aos mais públicos. Nesse contexto, buscar o silêncio da população negra é algo que se construiu, não dando voz a este grupo social.

Um exemplo emblemático e significativo é o da história de Anastácia, que foi obrigada a utilizar uma máscara quando escravizada por portugueses no século XVIII. Embora não haja uma história oficial devido à falta de registros (primeiro exemplo de ausência, o apagamento da memória), os motivos para esse castigo são variados. Entre os escravizados, acreditava-se que Anastácia possuía poderes milagrosos; alguns sugerem que ela foi punida por ser uma ativista que auxiliava fugas, enquanto outros afirmam que o castigo foi uma retaliação por ter rejeitado as investidas sexuais de seu senhor (Handler; Hays, 2009 *apud* Kilomba, 2019, p. 35-36). De toda sorte, o fato é que a máscara buscava garantir o seu silêncio. Este reforça a necessidade que se tinha de manter a história contada somente por uma via, escondendo verdades que, se ecoadas, escancarariam toda a problemática que advém do racismo.

A máscara, portanto, levanta muitas questões: por que deve a boca do sujeito negro ser amarrada? Por que ela ou ele tem de ficar calada/o? O que poderia o sujeito negro dizer se ela ou ele não tivesse sua boca tapada? E o que o sujeito branco teria de ouvir? Existe um medo apreensivo de que, se o sujeito colonial falar, a/o colonizadora/or terá de ouvir. Seria forçada/o a entrar em uma confrontação desconfortável com as verdades da/o 'Outra/o'. Verdades que têm sido negadas, reprimidas, mantidas e guardadas como segredos (Kilomba, 2019, p. 41).

Tão atual é a ideia de as verdades permanecerem silenciadas que tal situação se comprova através da pesquisa apresentada acima e realizada pelo Observatório de Racismos nas Redes, bem como pela falta de obras de autores negros nas bibliotecas, universidades e demais espaços para contarem a sua história sob a sua ótica. O racismo é real, presente, cruel e a falta da apresentação da sua existência o leva à invisibilidade. E invisibilizar é uma das estratégias identificadas pela pesquisa realizada por Carreira *et al.*, que a identificaram nas mídias sociais da seguinte forma:

A tentativa de invisibilização da pauta é perceptível toda vez que algum caso de racismo é denunciado pelos perfis monitorados, principalmente quando ganha repercussão nacional. A tática mais utilizada para esconder a discussão racial é a de acusar os outros de vitimismo e definir pejorativamente essas pessoas como militantes. No período de análise, identificamos que esse expediente foi vastamente utilizado no caso do motoboy gaúcho Everton Silva. Ele sofreu um ataque de faca por um homem branco durante uma entrega e, ao denunciar o incidente à polícia, foi levado na parte traseira do carro policial, enquanto o agressor foi transportado dentro da viatura (Carreira *et al.*, 2024).

Nota-se que o racismo se encontra presente em todos os níveis da sociedade e o que é apresentado por uma pessoa negra não se considera como verdadeiro. Observa-se, ainda, na situação narrada acima, que a sua versão pouco importou, pois, comparada ao que um

homem branco falou, possivelmente Everton “estaria mais errado” e, por isso, o seu lugar era seguir para a delegacia na parte traseira do veículo.

Quanto à falta de autores negros, destaca-se o princípio da ausência que se mostra quando “algo que existe é tornado ausente [...], e por isso deixa de ter uma existência real” (Kilomba, 2020, p. 12). A ausência de produção de autores negros reforça a dominação do pensamento branco e ocidental, considerado *a priori* como verdade universal. Essa falta de representatividade na produção intelectual e cultural perpetua uma visão de mundo limitada e unilateral, que exclui as perspectivas e experiências das pessoas negras. Sob essa perspectiva, Garcês-da-Silva traz o pensamento do autor Todd Honma quanto ao campo da Ciência da Informação e da Biblioteconomia para enfrentar essa problemática:

O autor entende que, ao não debater raça e racismo, o campo acaba por limitar o discurso ao ‘multiculturalismo’ e à ‘diversidade’, ao invés de assumir o quanto a Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI) são flagrantemente brancas e que existe urgência em discutir branquitude e privilégio racial brancos nos espaços formativos e de atuação de pessoas bibliotecárias para que se mude esse cenário (Hohma, 2021 *apud* Garcês-da-Silva, 2023, p. 72).

A conclusão traz um eixo de discussão sobre como a Ciência da Informação – neste caso, mais especificamente, a Biblioteconomia – pode ser lócus de discussão. Moura (2021, p. 2), nesse sentido, destaca que “o reconhecimento do caráter estrutural do racismo e de suas repercussões no campo da Ciência da Informação exige que suas lógicas sejam compreendidas como marcas coloniais de assujeitamento reiteradas no arranjo colonial e funcionalista que marca o conhecimento produzido”.

Sem a contribuição diversificada de autores negros, perde-se a oportunidade de enriquecer os discursos acadêmico, literário e cultural com narrativas que reflitam a pluralidade da sociedade. Ocorre que a própria construção da Biblioteconomia, por exemplo, faz com que essa pluralidade não ocorra. Dois elementos basilares da área são a “admiração vocacional e a neutralidade”, que reforçam a “supremacia cultural branca” (Garcês-da-Silva, 2023, p. 74).

Nesse sentido, Garcês-da-Silva destaca o pensamento das autoras Popowich, Anastácia Chiu, Fobazi M. Ettarh e Jenifer A. Ferrati, que esclarecem quanto a esses elementos que caracterizam as bibliotecas como espaços sagrados e intrinsecamente democráticos. Essa perspectiva faz com que os profissionais que atuam nelas sejam vistos como impecáveis, porém, essa ideia não incentiva uma postura crítica. Em relação à neutralidade, por essa

perspectiva, os bibliotecários deveriam evitar tomar partido em situações polarizadas, mantendo uma postura neutra (Garcês-da-Silva, 2023, p. 73-74).

Essa visão das bibliotecas como espaços sagrados e dos bibliotecários como naturalmente bons cria uma barreira para a autocrítica e a reflexão interna. Se os bibliotecários são considerados impecáveis, é menos provável que questionem práticas institucionais ou reflitam sobre como essas práticas podem ser racistas ou excludentes, o que pode vir a resultar em uma aceitação tácita de normas e políticas que perpetuam desigualdades raciais.

Além disso, considerando ainda os elementos acima apresentados para a formação das bibliotecas, se não for reconhecida a necessidade de incluir diferentes perspectivas na instituição, permanecendo sem uma força de trabalho diversificada, essas unidades podem continuar a refletir e reforçar valores e normas culturais predominantemente brancos e ocidentais, mantendo e favorecendo a ausência que legitima a desinformação e que, por conseguinte, nutre o racismo e o preconceito. Em situações de racismo, permanecer neutro (ausente ou silente) acaba por reforçar o preconceito, fazendo com que as práticas preconceituosas se perpetuem; a falta de posicionamento ativo contra o racismo pode ser interpretada ainda como concordância com o *status quo*. Nesse cenário, o princípio da ausência serve como meio de perpetuação do pensamento ocidental, o que pode vir a levar à desinformação sobre racismo ou a informações limitadas sobre a cultura negra.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que a falta de acesso a dados precisos e educacionais acerca do povo negro colabora para a perpetuação de mitos infundados, abrindo espaço para a existência e proliferação da discriminação. Respondendo nossa questão central, esta discussão denota que a desinformação fragiliza a luta pela reparação histórica a bem de povos marginalizados, ganhando ainda mais força com a ausência e o silêncio do *status quo* da sociedade.

A desinformação, ao se espalhar, dificulta a compreensão das complexidades históricas e sociais que sustentam as desigualdades raciais, o que torna mais difícil a criação de políticas eficazes de igualdade. Para combater o racismo, é fundamental fomentar a educação e garantir o acesso a informações verdadeiras e completas, confrontando narrativas prejudiciais e construindo uma sociedade mais esclarecida. Além disso, a falta de produção de autores negros apenas fortalece a predominância do pensamento branco e ocidental, visto

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

como universal. É essencial, assim, promover essa mudança para assegurar visibilidade, representatividade e informações precisas sobre a história do nosso país.

A escassez de representatividade na criação cultural e intelectual mantém uma visão de mundo restrita e unilateral, que marginaliza as vivências e perspectivas das pessoas negras. Sem a participação variada desses autores, perde-se a chance de aprimorar os discursos acadêmico, literário e cultural com histórias que representem a diversidade da sociedade. Ademais, essa falta contribui para a marginalização persistente das vozes negras, reforçando estereótipos e preconceitos. Além disso, ela contribui para a invisibilidade e o apagamento histórico das conquistas e contribuições de pessoas negras em várias áreas do conhecimento. A ausência de autores negros em espaços de produção intelectual dificulta que as gerações mais jovens encontrem modelos diversos com os quais possam se identificar, se sentir representados e que, assim, seja possível promover uma mudança significativa.

Essa necessária mudança não é apenas uma questão de justiça social, mas uma necessidade para a construção de um conhecimento mais completo e verdadeiro. É essencial reconhecer e valorizar a importância das diversas perspectivas para quebrar a hegemonia do pensamento ocidental e promover uma sociedade mais equitativa. Portanto, incentivar e promover a produção intelectual de autores negros é um passo necessário para transformar a estrutura dominante do pensamento e chegarmos a uma sociedade que realmente reflita a diversidade humana. Este é um exemplo que pode ser agregado a outras medidas na luta contra o racismo na era da (des)informação, que exige uma atuação macroorientada que convirja teoria, prática e política em direção a uma sociedade mais justa.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zigmunt; MAY, Tim. **Aprendendo a pensar com a sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010. Disponível em:

<https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2018/04/Aprendendo-a-Pensar-com-a-Socio-Zygmunt-Bauman.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2024.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Cia. das Letras, 2022.

BEZERRA, Arthur Coelho. **Miséria da Informação: dilemas éticos da era digital**. Rio de Janeiro: Garamond, 2024.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. **Código Penal dos Estados Unidos do Brazil**. Disponível em:

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm. Acesso em: 14 jul. 2024.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" [...]. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 15 abr. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial [...]. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 jul. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm. Acesso em: 15 abr. 2025.

CANTUÁRIA, Priscila Ceccato de. **A religiosidade negra em uma sociedade estruturalmente racista**: a liberdade de fé dos povos tradicionais de terreiro. Belo Horizonte: Dialética, 2020.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não-ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CARREIRA, Rodrigo; *et al.* **Racismo pra quê?** As estratégias dos discursos racistas nas redes. Salvador: Aláfia Lab, 2024. Disponível em: <https://desinformante.com.br/wp-content/uploads/2024/05/Racismo-pra-que-Observatorio-do-Racismo-nas-Redes.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2026.

DEMO, Pedro. Ambivalências da sociedade da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 37-42, maio/ago. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ci/v29n2/a05v29n2>. Acesso em: 17 jul. 2024.

FALLIS, Don. What is disinformation? **Ideals**, 2015. Disponível em: <https://www.ideals.illinois.edu/items/92058>. Acesso em: 07 ago. 2025.

GARCÊS-DA-SILVA, Franciéle Carneiro. **Biblioteconomia negra**: das epistemologias negro-africanas à teoria crítica racial. Rio de Janeiro: Malê, 2023.

HANDLER, Jerome S.; HAYES, Kelly E. Escrava Anastácia: the iconographic history of a Brazilian popular saint. **African Diaspora: Journal of Transnational Africa in a Global World**, [S. l.], v. 2, p. 1–27, 2009. Disponível em: <https://jeromehandler.com/wp-content/uploads/Escrava-09.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2024.

HONMA, Todd. Trippin over the color line: the invisibility of race in Library and Information Studies. **InterActions: UCLA Journal of Education and Information Studies**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 1-27, 2005.

KILOMBA, Grada. Fanon, existência, ausência. *In*: FANON, Franz. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios do racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. Disponível em:

https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/MEMORIAS_DA_PLANTACAO_-_EPISODIOS_DE_RAC_1_GRADA.pdf. Acesso em: 25 jul. 2024.

MACHADO, Dayane; GITAHY, Leda. Desinformação. *In*: SZWAKO José; RATTON, José Luiz. (org.). **Dicionário dos negacionismos no Brasil**. Recife: Cepe Editora, 2022, p. 106-110.

MOURA, Maria Aparecida. Racismo estrutural, epistemologia da ignorância e a produtividade do discurso colonial: cartografia de controvérsia sobre a tentativa de desfazimento do acervo bibliográfico da Fundação Cultural Palmares. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 1-22, nov. 2021. Disponível em:

<https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5789>. Acesso em: 27 abr. 2025.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. *In*: BRANDÃO, André Augusto. (org.). **Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira**. Niterói: EDUFF, 2004.

RÊGO, Ana Regina; LEAL Ranielle. Desinformação sobre vacinas em plataformas digitais: um movimento simbiótico em torno da lucratividade. **JCOMAL**, [S. l.], v. 6, n. 01, 2023.

Disponível em: <https://doi.org/10.22323/3.06010401>. Acesso em: 18 jul. 2024.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

Disponível em: <https://www.sindjorce.org.br/wp-content/uploads/2019/10/RIBEIRO-D.-O-que-e-lugar-de-fala.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2024

SCHNEIDER, Marco. **A era da desinformação**: pós-verdade, fake news e outras armadilhas. Rio de Janeiro: Garamond, 2022.